

ENRIQUECENDO A CORRUPÇÃO

Eleições no Zimbabué: Fraude eleitoral fecha portas à recuperação económica



Siphosami Malunga*

- As eleições foram usurpadas pelo partido no poder com interesses próprios e não resolvem a crise de legitimidade nem fornecem um roteiro para salvar a economia devastada. Os resultados anunciados unilateralmente sábado à noite, dando ao Presidente Emmerson Mnangagwa 52,6% dos votos, foram possíveis devido ao seu domínio sobre o poder judicial, agências de segurança e, acima de tudo, uma Comissão Eleitoral repleta de apparatchiks do partido no poder.



- As eleições no Zimbabué de 23 de Agosto não vão resolver a crise de legitimidade nem a nossa economia devastada. No centro do problema está uma classe dominante movida exclusivamente pelo interesse próprio. Temos uma elite predatória que rouba tudo – os nossos recursos naturais e serviços públicos. Este roubo flagrante está a testar a paciência dos nossos jovens até ao limite – como vemos noutras regiões do continente. A percepção de que o regime da ZANU-PF venceu através da corrupção persistirá – não apenas entre os zimbabueanos, mas também entre as pessoas e os governos da região e não só.

ASSALTO À REFORMA

Desta vez, a má conduta foi tão flagrante - e tão óbvia a desaprovação pública em relação ao regime - que os observadores regionais e internacionais, normalmente complacentes, denunciaram o assalto eleitoral pelo que realmente era.

E os zimbabueanos suportarão os custos deste assalto. Esta eleição roubada poderá inviabilizar os esforços liderados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e pelo antigo Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, para ganhar apoio internacional para o Zimbabué reestruturar os seus 18 mil milhões de dólares de dívida externa em atraso. Esse apoio baseou-se em reformas de governação e na realização de eleições credíveis.

Defraudar as eleições prolongará a degradação económica do país, com uma inflação de 175% em Junho, a destruição da moeda local e o terrível nível de desemprego que forçou cerca de um quarto da população ao exílio.

Como reagem a oposição e a sociedade civil a esta flagrante violação da Constituição por parte do partido no poder? Irá a Coligação de Cidadãos para a Mudança (CCC) de Nelson Chamisa contestar os resultados em tribunal, conhecendo o historial do poder judicial em favorecer a ZANU-PF?

Ou irão organizar protestos em massa, assombradas pela violência pós-eleitoral de 2018, quando Mnangagwa e o seu vice-general Constantino Chiwenga enviaram o Exército para dispersar uma manifestação e os soldados mataram seis cidadãos a tiro nas ruas da capital?

PRESENÇA POLICIAL

Desta vez, quando a “vitória” de Mnangagwa foi anunciada no sábado, mais polícias foram enviados para as ruas de Harare e Bulawayo, dois redutos da oposição. Muitos mecanismos fraudulentos das eleições de 23 de Agosto foram determinados com meses de antecedência, muito antes de a maioria dos observadores regionais e internacionais chegar ao país.

As eleições anteriores no Zimbabué ocorreram menos de um ano depois do golpe militar que destituiu o Presidente octogenário Robert Mugabe. O golpe, liderado pelos antigos camaradas de Mugabe na ZANU-PF e no Exército, foi lançado para evitar que o partido



Joaquim Chissano, antigo Presidente de Moçambique, com Mnangagwa, Presidente eleito do Zimbabué

perdesse as eleições de 2018.

Chiwenga liderou o ataque contra pessoas leais a Mugabe nas forças armadas e na Organização Central de Inteligência; Mnangagwa fugiu do país para se esconder na África do Sul até que fosse seguro para ele fazer um regresso bem orquestrado para reivindicar a presidência usurpada em seu nome.

Aparentemente, o acordo era que Mnangagwa cumpriria apenas um mandato. Ele supostamente rasgou o acordo e agora já está pensando em um terceiro. No entanto, mesmo a vitória roubada não dá ao ZANU-PF a maioria de dois terços de que necessita para alterar a Constituição. Fontes internas dizem que as tensões entre Mnangagwa e Chiwenga persistem até hoje e as facas estão afiando-se dentro do partido no poder.

POLÍTICA GOLPISTA

Sob uma aparente abertura, as eleições de Julho de 2018 foram caracterizadas pelas táticas que têm perseguido a política do Zimbabué durante décadas. O Exército foi enviado às ruas com o objectivo de lembrar aos eleitores que a violência extrema infligida contra os apoiantes da oposição em 2008 poderia repetir-se.

A emissora nacional e os jornais estatais foram fechados à oposição. Os cadernos eleitorais foram retidos e não foram disponibilizados à oposição até cerca de um dia antes das eleições – pelo que não seriam inspeccionados, auditados e nem verificados, proporcionando à Comissão Eleitoral uma ferramenta poderosa para defraudar a votação. Aos zimbabueanos na diáspora foi negado o exercício do direito ao voto. Este *cocktail* de estratégias torna as eleições invencíveis para os adversários e vencíveis para os titulares.

ACUSAÇÕES FORJADAS

No período entre 2018 e 2023 assistiu-se a uma utilização sem precedentes do sistema de justiça criminal contra políticos da oposição, críticos do governo e membros da sociedade civil, muitas vezes com base em acusações forjadas.

Esta utilização da lei contra opositores políticos, como muitas outras coisas neste regime da ZANU-PF, recupera as velhas táticas do regime racista da antiga Rodésia.

Os alvos desta estratégia são o deputado da oposição, Job Sikhala, detido e cuja caução foi negada inconstitucionalmente durante mais de um ano; e o líder da oposição Trans-

form, Jacob Ngarivhume, condenado a quatro anos por exercer o seu direito constitucional de protestar.

Outros processos políticos incluem Joana Mamombe, Cecelia Chinembiri e Netsai Marova, processadas por protestarem contra a aplicação distorcida dos regulamentos da COVID-19. Em 2020, nove membros do Partido Republicano Mthwakazi foram presos.

Outros activistas e cidadãos que protestaram contra ou criticaram o governo foram presos, tiveram a caução negada de forma inconstitucional e foram detidos em condições prisionais horríveis durante meses.

Entre estes estão o aclamado autor Tsitsi Dangarembga, preso por portar um cartaz; a porta-voz da oposição, Fadzai Mahere, presa e processada injustamente por twitter; o jornalista Hopewell Chingono, preso e processado por expor a corrupção na aquisição de medicamentos pelo ex-ministro da Saúde (Obadiah Moyo) e o contrabando de ouro por um parente do Presidente de nome Henrietta Rushwaya.

O objectivo é punir os alvos e enviar uma mensagem assustadora a todos os zimbabueanos para se absterem de criticar e desafiar o regime.

CRIMINALIZAÇÃO DA LIBERDADE

Se a Lei de Ordem e Segurança Pública e a Lei de Acesso à Informação e Privacidade pairaram sobre as eleições de 2018 como a espada de Dâmocles, a Lei de Emenda às Leis Penais (apelada por Lei Patriótica) e o Projecto de Lei das Organizações Voluntárias Privadas fizeram o mesmo este ano. As duas leis criminalizam a oposição ao governo.

Está pendente uma contestação judicial da constitucionalidade do Acto Patriótico. A Lei das Organizações Voluntárias Privadas foi aprovada pelo parlamento e aguarda a assinatura do Presidente Mnangagwa. A sua aprovação pelo parlamento envia um aviso aos activistas cívicos e restringe a sua capacidade de se organizarem, reunirem e manifestarem contra o governo.

COMISSÃO CAPTURADA

Um elemento central de qualquer eleição livre, justa, credível e transparente é um órgão de gestão eleitoral independente, imparcial, eficaz e eficiente.

Nas últimas eleições, a Comissão Eleitoral do Zimbabué (ZEC) ajudou o partido no poder. Em 2008, foram necessários 45 dias para anunciar os resultados depois de Mugabe ter perdido a primeira volta das eleições presidenciais. Em 2013, só divulgou os cadernos eleitorais um dia antes da eleição.

Antes das eleições de 2023, a credibilidade da ZEC diminuiu várias vezes. A Comissão rejeitou quaisquer pedidos de prestação de contas ao público pela sua conduta. A presidente da Justiça, Priscilla Chigumba, respondeu com arrogância a qualquer questão re-

motamente crítica.

Este ano, a Comissão ficou dividida quanto às suas funções principais, incluindo a gestão desastrosa da delimitação do círculo eleitoral. Tal como no passado, a ZEC foi prejudicada por agentes de segurança infiltrados nas suas operações.

VOTAÇÃO PRÁTICA

Este ano, uma nova organização de segurança obscura, a Forever Associates Zimbabwe (FAZ), ligada à Organização Central de Inteligência, assumiu grande parte da condução das eleições.

A ZEC suprimiu o registo de eleitores nos redutos da oposição. Aqui, os recrutados da FAZ ajudaram a distorcer os cadernos eleitorais ao adicionar, remover, duplicar e realocar eleitores unilateralmente – tudo isso beneficiando a ZANU-PF e prejudicando a oposição CCC.

Muitas destas táticas foram expostas pela organização de monitoria eleitoral Team Pachedu, que desenvolveu ferramentas digitais para combater algumas das fraudes.

Para ocultar a sua manipulação, a ZEC reteve o registo eleitoral até ao último minuto, violando a Constituição e a Lei Eleitoral. Negando à oposição o acesso a uma lista de eleitores pesquisável dentro de um prazo razoável, a ZEC garantiu que o partido no poder e os seus aliados tivessem o controlo do principal instrumento para manipular as eleições.

Outra estratégia para privar a oposição de direitos foram as excessivas taxas de nomeação – 20.000 dólares para candidatos presidenciais e 1.000 dólares para candidatos parlamentares.

VIOLÊNCIA E INTIMIDAÇÃO

A violência desfigurou a política do Zimbabué desde o regime racista da Frente da Rodésia. Desde que os nossos movimentos de libertação – a União do Povo Africano do Zimbabué e a União Nacional Africana do Zimbabué – forçaram os rodesianos a negociar, a violência continuou.

Após a independência em 1980, o regime da ZANU liderado por Mugabe e o seu ministro da segurança Mnangagwa enviou a Quinta Brigada para eliminar os Ndebele – apoiantes da oposição ZAPU entre 1983 e 1987, encerrando as eleições de 1985. As operações da Quinta Brigada ceifaram até 20.000 vidas num massacre genocida.

Seguiram-se mais actos da violência eleitoral em 1990 e 2000, culminando numa campanha brutal em 2008, na qual milícias financiadas pela ZANU-PF mataram pelo menos 153 apoiantes da oposição e mutilaram e torturaram milhares de outros.

O regime reduziu os níveis de violência no período que antecedeu às eleições de 2023, concentrando-se em vez disso em táticas de “sacudir a caixa de fósforos” – lembrando às pessoas o que acontece com aqueles que se

opõem ao partido no poder.

AMBIENTE DE CAMPANHA INJUSTO

Para que uma eleição seja considerada livre e justa, todos os partidos e candidatos devem poder fazer campanha livremente, organizar comícios e ter igual acesso aos meios de comunicação estatais.

Mais uma vez, este ano todos os meios de comunicação estatais mostraram um partidarismo flagrante em relação ao ZANU-PF. E pelo menos 102 comícios da oposição foram proibidos pela polícia e muitos outros foram interrompidos.

A secção 136 da Lei Eleitoral torna a compra de votos um crime. A compra de votos incluir dinheiro ou incentivos não financeiros que prejudicam eleições livres.

COMPRA DE VOTOS

Este ano assistimos a uma compra desenfreada de votos a favor do partido no poder. O governo concedeu empréstimos não orçamentados de 40.000 dólares a todos os deputados, bem como empréstimos de 300.000 a 400.000 dólares a ministros e juizes do governo.

Será que realmente esperamos que um juiz que recebeu do governo um empréstimo de 400.000 dólares a juros baixos penalize esse mesmo governo numa decisão eleitoral? Mesmo sem os empréstimos gratuitos, os juizes favoreceram o ZANU-PF na maioria dos casos eleitorais.

O partido no poder utilizou o seu controlo sobre os recursos estatais, em particular o regime de subsídios à agricultura, para “comprar” o voto rural.

Qualquer uma destas vantagens distorceria a eleição a favor do partido no poder. Juntos, eles eliminaram a possibilidade de eleições livres e justas antes que um único voto fosse emitido. A contagem, transmissão e anúncio dos votos pela ZEC capturada foi a tática final para apuração dos resultados.

MANIPULAÇÃO NO DIA DA VOTAÇÃO

A ZEC tem a tarefa constitucional de preparar e gerir as eleições de forma transparente, profissional e imparcial. No dia da votação, a ZEC deve garantir que todas as assembleias de voto estejam abertas a tempo e que todos os elegíveis possam votar sem intimidação.

A ZEC deve também permitir que os partidos políticos e os candidatos observem livremente a votação e a contagem, e garantir que as assembleias de voto sejam pacíficas e livres de intimidação.

Este ano, a ZEC guardou a pior manipulação para o dia das eleições. Não conseguiu abrir as assembleias de voto a tempo nas três principais cidades – Harare, Bulawayo e Mutare – todas redutos da oposição.

Em muitos casos, havia boletins de voto insuficientes ou faltavam boletins eleitorais

para o conselho. Isto dificultou a votação em milhares de assembleias de voto em todo o país, onde alguns eleitores chegaram às 04h da manhã.

Devido às alterações fraudulentas nos cadernos eleitorais, principalmente nas cidades, muitos eleitores foram rejeitados porque os funcionários não conseguiram encontrar os seus nomes nos registos.

A ZEC não tinha um sistema fiável para verificar e informar os eleitores onde deveriam votar. Desde o dia anterior e durante todo o dia da votação, o sistema móvel *265# para os eleitores verificarem as suas assembleias de voto não funcionou. A plataforma online ZEC para consultas de eleitores caiu muitos

meses antes.

ESTRATÉGIA DELIBERADA

Esta sabotagem deliberada foi mais uma forma de supressão eleitoral nas cidades onde o voto da oposição foi mais forte. Isto foi mais do que uma incompetência grosseira da ZEC: Foi uma estratégia deliberada para defraudar as eleições contra a oposição.

Porquê é que a ZEC não entregaria os boletins de voto em assembleias de voto acessíveis na cidade, algumas delas a poucos metros da sua sede? No entanto, a ZEC enviou com sucesso boletins de voto para áreas rurais remotas que são redutos do ZANU-PF.

No final do dia da votação, muitos dos redutos urbanos da oposição ainda tentavam votar, alguns fazendo fila até altas horas da noite. Em algumas assembleias de voto, a ZANU-PF ou os seus representantes na FAZ criaram mesas de votação à saída para auditar a forma como as pessoas votaram – uma clara tática de intimidação.

Todos estes abusos terão um custo – estas eleições roubadas terão repercussões contra a elite predatória do Zimbabué.

* Siphosami Malunga é um advogado constitucional e de direitos humanos do Zimbabué que trabalhou em eleições em África e no mundo.



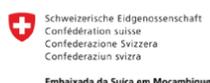
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Siphosami Malunga
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique



UNIÃO EUROPEIA

